

1 **ATA 2616ª SESSÃO PLENÁRIA ORDINÁRIA** Aos cinco dias do mês de outubro do
2 ano de 2016, às nove horas e cinquenta minutos, teve início em sua Sede, na Praça da
3 República, nº 53, a segunda milésima sexcentésima décima sexta Sessão Plenária
4 Ordinária do Conselho Estadual de Educação, sob a Presidência da Conselheira
5 Bernardete Angelina Gatti. Compareceram os Conselheiros Ana Amélia Inoue, Débora
6 Gonzalez Costa Blanco, Décio Lencioni Machado, Francisco Antonio Poli, Francisco
7 José Carbonari, Ghisleine Trigo Silveira, Guiomar Namó de Mello, Hubert Alquéres,
8 Jacintho Del Vecchio Júnior, Jair Ribeiro da Silva Neto, João Otávio Bastos Junqueira,
9 José Rui Camargo, Luís Carlos de Menezes, Maria Elisa Ehrhardt Carbonari, Maria
10 Lúcia Franco Montoro Jens, Nilton José Hirota, Priscilla Maria Bonini Ribeiro, Roque
11 Theóphilo Júnior, Rose Neubauer e Sylvia Figueiredo Gouvêa. **01.** Não houve
12 discussão de Ata. **02.** Justificaram a ausência os Conselheiros Francisco de Assis
13 Carvalho Arten, Laura Laganá e Maria Cristina Barbosa Storópoli. **03. AVISOS E**
14 **COMUNICAÇÕES DA PRESIDÊNCIA:** a) manifestou seus cumprimentos ao Cons.
15 Márcio Cardim que foi eleito Prefeito de Adamantina, com 87% dos votos da
16 população. Ficou deliberado que seria enviada uma manifestação coletiva
17 cumprimentando-o pelo resultado brilhante e desejando-lhe um ótimo mandato.
18 Parabenizou, também, o Cons. Nilton José Hirota da Silva, reeleito a Vice-Prefeito da
19 cidade de Registro; b) cancelada a apresentação que a Secretária-Executiva do
20 Ministério da Educação, Maria Helena Guimarães de Castro, faria hoje no Plenário,
21 tendo em vista que foi convocada, pelo Ministro da Educação, Mendonça Filho, para o
22 evento de Lançamento do Programa Criança Feliz, no Palácio do Planalto, em Brasília.
23 A Secretária coloca-se à disposição para marcar uma nova agenda; c) conforme
24 sugerido na Sessão Plenária de 17/8/16 e reforçado na Sessão Plenária de 14/09/16,
25 pelo Cons. Jair Ribeiro da Silva Neto, apresentação da Consultoria *Bain* e do Instituto
26 Natura: Estudo referente à Escola em Tempo Integral, será dia **19/10/2016**; d) o Fórum
27 Nacional dos Conselhos de Educação dos Estados e do Distrito Federal, considerando
28 a elaboração do Termo de Regime de Cooperação e Colaboração entre os Conselhos
29 de Educação dos Estados e do Distrito Federal, pelo Grupo de Trabalho instituído para
30 esse fim, solicita a contribuição deste Colegiado até o dia 31 de outubro para que a
31 versão final seja apresentada e apreciada na Reunião do FNCE no período de 24 a 26
32 de novembro, em Goiás. **04. PALAVRA AOS CONSELHEIROS:** a **Consª Guiomar**
33 **Namó de Mello** pediu a palavra para registrar que: “os resultados que saíram do
34 ENEM, ontem, tiveram uma repercussão enorme porque é uma discussão que acaba
35 se sobrepondo também à discussão da Medida Provisória para manifestar a
36 divergência com a abordagem que a imprensa dá na comparação das escolas públicas
37 com as escolas privadas. Sabemos que as escolas privadas, além de já serem
38 seletivas, grande parte delas selecionam um número menor de alunos para fazerem o
39 ENEM. Acho que a nossa imprensa não tem nenhuma noção do que seja de fato
40 democratização da educação. Não que os resultados das escolas públicas sejam bons,
41 eles são muitos ruins, dão muita preocupação, mas é preciso lembrar que eles
42 representam todos os alunos e não uma minoria selecionada. O que nós vamos ter que
43 fazer é endereçar para a maioria de alunos. É motivo de nos manifestarmos aqui em
44 relação aos resultados do ENEM e sobretudo nos manifestarmos em relação ao fato de
45 que o ENEM se tornou uma coisa que não era para ser e que nós não sabemos muito
46 bem o que vai acontecer com este processo, essa forma de selecionar para ingresso
47 no ensino superior. Gostaria, também, de observar que as escolas, dentre as escolas
48 públicas, as que vão melhor são aquelas exatamente que tem um tratamento especial,
49 que é aquilo que já sabemos, uma escola de aplicação de uma faculdade, mesmo que
50 elas não selecionem os alunos, elas têm uma série de elementos e de componentes
51 que são aqueles que já estamos cansados de saber que vão dar resultado”. A **Consª**
52 **Sylvia Figueiredo Gouvêa** pediu um aparte: “na lista dos melhores classificados do
53 Brasil, estão duas escolas que pegaram seus melhores alunos, abriram uma nova

1 escola com novo CNPJ, que são o Objetivo e o Etapa. Eles criam um grupo de elite
2 que acham que o mundo vai tratá-los assim, daqui por diante. Para o próprio aluno está
3 fazendo mal. É um absurdo! É uma corrupção!”. A **Cons^a Guiomar Namó de Mello**
4 disse: “entrei no jornal da TV Cultura e o impressionante é que com toda repercussão
5 não tem ninguém que ressalte essa repercussão, do ponto de vista da má notícia -
6 tanto má notícia, como resultado geral, que mostra a distorção da qual essa prova do
7 ENEM acabou sendo objeto. É quase uma corrupção e mostra um pouco os efeitos
8 corrosivos de você transformar a Educação num simples *business*, não que ela não
9 possa ser, mas sem nenhuma regulação e sem nenhuma sociedade civil que entenda o
10 que está acontecendo e denuncie que mostra a distorção que o ENEM sofreu. A
11 **Presidência** comentou que infelizmente nós caminhamos nessa direção aprofundando
12 só essa forma equivocada, competitiva e não buscando de fato a melhora do ensino e
13 malversando os desígnios de uma verdadeira avaliação em processos democráticos.
14 Disse que tem uma outra observação que queria fazer. É uma observação técnica, do
15 ponto de vista estatístico fazer a TRI (Teoria de Resposta ao Item) com volume
16 pequeno de alunos de escola, que para nós estatísticos não tem sentido. Não fazem
17 sentido esses cálculos. Por mais que eles queiram justificar, a margem de erro é
18 enorme e a sociedade brasileira não está preparada para discutir essas questões
19 técnicas. A **Cons^a Rose Neubauer** assim se manifestou: “Acho que não podemos
20 jogar a criança com a água do banho. Temos que ter alguma forma de avaliação que
21 mostre para a sociedade o que está sendo devolvido na forma de ensino para aquele
22 recurso que ela aposta na educação. Afinal a educação recebe de 25% a 30% de todo
23 recurso do orçamento. Não podemos perder essa ideia de que isso foi um avanço bom,
24 até no sentido da transparência, no sentido da movimentação da sociedade para uma
25 direção ou outra. Essa discussão que está tendo agora sobre o ENEM, ela repousa em
26 parte nesses resultados. Nós podemos até dizer o seguinte: será que o ENEM está
27 medindo habilidades que os jovens precisam para o mundo de hoje ou ele só está
28 medindo as habilidades que são considerados pelo academicismo para entrar na
29 universidade, acho que a gente tem que manter essa ideia de que nós precisamos ter
30 alguma medida para mostrar para sociedade para onde as suas escolas estão indo?
31 Do contrário você não tem nenhum mecanismo de responsabilização por nada, não
32 tem o retrato do que está acontecendo de maneira geral e o que está acontecendo na
33 escola. Uma medida como o ENEM é uma medida não só para as escolas, mas
34 também para orientar políticas públicas, onde temos que ir e como é que nós temos
35 que formar o nosso professor”. A **Presidência** comentou que “se poderia a utilizar os
36 estandares, o que ninguém quer fazer - é simples. É uma solução melhor que é mais
37 aderente às questões pedagógicas. Na TRI você perde completamente porque são
38 grupos aleatórios, onde perde o significado pedagógico. Mas, enfim, é uma discussão
39 longa, eu já tive essa discussão no INEP; é difícil porque a gente não encontra
40 ressonância, nós não temos um corpo de pessoas bem formadas para discutir isso”. A
41 **Cons^a Ghislaine Trigo Silveira** assim se manifestou: “quero reiterar o que disse a
42 Cons.^a Rose Neubauer a respeito da necessidade de que se tenha mecanismo de
43 avaliação, para que de fato se possa olhar para o resultado das escolas com aspecto
44 de comparabilidade para outro lado. Também ratifico todas as críticas que se fazem:
45 primeiro a maneira de como os resultados do ENEM são apresentados e quando se
46 analisa os dados deste ano, por exemplo, verifica-se que mesmo com os extremos,
47 com processos de seleção rigorosos das escolas particulares, nós observamos queda
48 de resultado tanto nas públicas quanto nas particulares, do que de certa maneira é
49 mais um fator para se olhar para natureza da prova que se está fazendo. Está jogando
50 muito peso na questão acadêmica de seleção ao vestibular e está certamente abrindo
51 mão de avaliar aspectos que são fundamentais para o cidadão no século XXI. Acho
52 que os dados de certa forma colocam questões, não apenas uma questão técnica,
53 como apontada pela Presidente, mas também sobre a questão pedagógica, que tipo de

1 prova é essa que está sendo orientada. É obvio que a mudança do perfil do Ensino
2 Médio, com mais flexibilidade, é com o destaque de algumas habilidades que precisam
3 ser desenvolvidas que vão trazer a demanda de rever a prova de como o ENEM. Acho
4 que aí esses resultados representam mais um dado a favor dessa revisão”. O **Cons.**
5 **João Otávio Bastos Junqueira** informou que esteve ontem (4/10/16) em Brasília,
6 acompanhando a votação do Congresso Nacional, e uma das pautas era o PLN 8/16,
7 que trata do crédito adicional para o Fies – Fundo de Financiamento Estudantil. Disse
8 que “cerca de dois milhões de estudantes estão sem aditar os contratos do segundo
9 semestre, já estamos em outubro, e conseqüentemente as Instituições não recebem
10 esse dinheiro e dentre elas, várias aqui do sistema estadual, criando um colapso
11 financeiro para o final do ano, tanto para segurança dos alunos, como das Instituições.
12 Não foi votado ontem de novo por falta de *quórum*, já havia acontecido isso nos dois
13 meses anteriores e a esperança é que seja votado hoje, no período da tarde, quando
14 vai reabrir a sessão do congresso nacional. Se não for votado hoje de novo, por falta
15 de *quórum*, isso vai para o mês que vem, e daí nós vamos atravessar o ano sem os
16 alunos aditarem seus contratos e as Instituições receberem por serviços prestados. É
17 uma situação preocupante”. O **Cons. Francisco Antonio Poli**, ainda falando sobre o
18 ENEM e lembrando o político Shimon Peres, recentemente falecido, que quando falava
19 das pesquisas de opiniões públicas, dizia o seguinte ‘elas são muito boas de cheirar,
20 mas não são boas de beber’. Continuou dizendo: “agora vemos que esses exames que
21 temos, como o ENEM, estão indo para a mesma linha, ou seja, pode até dar o
22 cheirinho de alguma coisa, mas você não pode acreditar nela de modo algum. Como
23 lembrou muito bem a Cons^a Rose, essas avaliações servem para orientar as políticas
24 públicas, mas não estão fazendo isso. Já ficou claro que elas hoje se constituem em
25 uma fraude, que custa milhões e milhões de reais da Educação e que poderiam ser
26 investidos em outras áreas mais importantes. Quero deixar bem claro minha posição
27 com relação a isso - tem que acabar o ENEM. Nós estamos dizendo que o ENEM tem
28 que mudar desde quando ele surgiu. Ele só mudou para pior e toda vez que tem
29 oportunidade de usar, demagogicamente dele, criou artifícios para essas escolas
30 particulares. Como está não pode continuar - tem que extinguir-se o ENEM. Essa é
31 minha posição particular”. O **Cons. Luís Carlos de Menezes** assim se manifestou:
32 “quando se concebeu o ENEM, eu fui um dos partícipes - ele era um exame de saída
33 da Educação Média. Ele era mandado, exclusivamente, para o endereço do jovem que
34 tivesse completado o exame, portanto, era uma prerrogativa de conhecer o seu perfil.
35 Havia uma nota para a competência que era articulada a um conjunto de habilidades e,
36 então, ele tinha um certo sentido. O novo ENEM é o antigo ENCEJA (Exame de
37 Certificação da Educação de Jovens e Adultos). Como era um exame de certificação,
38 ele combinava 5 competências com 9 itens, por área de conhecimento que dá umas 45
39 habilidades verificadas atualmente. É verdade que houve, portanto, uma mudança de
40 função do novo ENEM relativamente ao antigo. Por outro lado, se olharmos o que
41 acontece em qualquer país desenvolvido, esses exames são sim uma avaliação que
42 pode servir para acesso ao Ensino Superior e sendo resultados que são,
43 nacionalmente reconhecidos, permitem uma saudável migração, ou seja, um estudante
44 que tenha mostrado um bom desempenho no estado pode disputar uma faculdade ou
45 universidade em outro. Concordo que a forma com que hoje está estabelecido, muito
46 pautado em repetição de conhecimento e muito menos na demonstração de
47 competências e habilidades, precisa ser revisto, mas acho que a eliminação seria um
48 retrocesso no sentido da comparação da nossa forma de avaliação com a de qualquer
49 país desenvolvido que dá essa possibilidade. Se nós voltarmos ao passado, veremos
50 que havia uma ditadura dos vestibulares locais, em cada capital, em cada estado - era
51 o vestibular daquela universidade local que pautava o ensino médio local. É um
52 progresso, sim, que nós tenhamos uma avaliação nacional. A concepção geral do
53 ENEM, não é ruim. O que acontece é que ele vem seguido de uma pauta

1 absolutamente tradicional. É preciso que a reformulação da BNC reformule o ENEM e
2 não o elimine. Acho que isto não é um trabalho tão simples - a BNC não está definida.
3 Foi feita uma segunda versão que ainda tem problema, seja de alinhamento por etapa,
4 seja de progressão, portanto ela demanda uma verificação nova. Isso está muito pouco
5 debatido hoje, de certa maneira a MP, que é pautada em cada item na BNC, esconde o
6 fato de que a Base é desconhecida. Ela está sendo revista por gente competente, mas
7 nós não fazemos a menor ideia do que seja essa base. É muito estranho uma MP ser
8 pautada numa Base que não se conhece e nem tem prazo para Ensino Médio. Parece
9 que a intenção é entregar uma proposta do Ensino Fundamental para o Conselho
10 Nacional de Educação e adiar precisamente a Base para o Ensino Médio - ora se a MP
11 concede 120 dias de prazo, está fundada numa Base que não se conhece, portanto,
12 esse é o descompasso que precisa ser revisto neste momento". **05 MATÉRIA**
13 **DELEGADA:** não houve. **06) PAUTA:** Deliberações da 2616^a, Sessão Plenária
14 realizada em 05-10-2016. **Proc. CEE 012/2015** – Reautuado em 01/03/16 _ Instituto
15 Superior de Educação de Barretos – ISEB. O **Parecer 299/16** _ da Câmara de
16 Educação Superior, relatado pelo Cons. Márcio Cardim foi aprovado por unanimidade.
17 Deliberação: Com base na Deliberação CEE nº 112/2012 e em função da análise
18 realizada no presente Parecer. **2.1** Aprova-se o Curso de Especialização em Educação
19 Especial / Educação Inclusiva - Deficiência Intelectual, do Instituto Superior de
20 Educação de Barretos – ISEB, para as turmas iniciadas a partir da publicação deste
21 Parecer, com um mínimo de vinte vagas e um máximo de trinta e cinco vagas por
22 turma e nos termos em que foi proposto, para realização na Sede da Instituição, na
23 Rua 6, nº 963 - Centro, em Barretos, SP. **2.2** Com a finalidade de assegurar o
24 cumprimento do disposto no artigo 6º da Deliberação CEE nº 112/2012, o Instituto
25 Superior de Educação de Barretos - ISEB deverá remeter a este Conselho: **2.2.1**
26 relação de alunos matriculados em cada turma, até o número máximo de vagas
27 aprovadas, no prazo de até 30 dias após o início das aulas. Esta relação deve conter:
28 nome, curso de graduação, endereço/localidade; **2.2.2** relação de alunos concluintes,
29 no prazo de até 30 dias contados da data do término das aulas. A partir destas
30 informações a Câmara de Educação Superior disponibilizará ao sistema estadual de
31 ensino o rol de profissionais habilitados nesse curso. **2.3** Ao final de cada turma, a
32 Instituição deverá elaborar Relatório Final circunstanciado sobre o Curso, mantendo-o
33 em seus arquivos para efeito de futura avaliação deste Conselho. **Proc. CEE 0254/12** –
34 Reautuado em 25/9/2015 _ Colégio Cruzeiro do Sul. O **Parecer 300/16** _ da Câmara
35 de Educação Básica, relatado pela Cons^a. Sylvia Gouvêa foi aprovado por
36 unanimidade. Deliberação: **2.1** À vista do exposto e de acordo com este Parecer,
37 autoriza-se o Colégio Cruzeiro do Sul a ministrar o Curso de Educação a Distância, de
38 Técnico em Segurança do Trabalho, no Polo de Apoio Presencial, situado à Rua
39 Galvão Bueno, 968, Liberdade, São Paulo/SP. **2.2** Envie-se cópia deste Parecer ao
40 Colégio Cruzeiro do Sul, à DER Centro Sul, à Coordenadoria de Gestão da Educação
41 Básica – CGEB e à Coordenadoria de Informação, Monitoramento e Avaliação
42 Educacional – CIMA. **Proc. CEE 291/2013** – Reautuado em 30/12/2015 _ Centro
43 Estadual de Educação Tecnológica Paula Souza / CEETEPS. O **Parecer 301/16** _ da
44 Câmara de Educação Básica, relatado pelo Cons. Rosângela Ap. Ferini Vargas Chede,
45 foi aprovado por unanimidade. Deliberação: **2.1** Nos termos deste Parecer, responda-
46 se ao Centro Estadual de Educação Tecnológica Paula Souza/CEETEPS que o Curso
47 de Técnico em Organização Esportiva pode ser ofertado, por um prazo de 3 anos, de
48 acordo com a Portaria CETEC – 196, de 19-05-14, às fls. 97, que notificou a
49 implantação do referido Curso a partir de **07-01-14**, com o devido acompanhamento e
50 avaliação de demanda, podendo ser prorrogado pelo órgão de supervisão educacional
51 do Centro Paula Souza, nos termos do art. 81 da LDB, devendo ser enviada
52 comunicação para ciência e manifestação deste Conselho. **2.2** Envie-se cópia deste
53 Parecer ao Interessado, à Coordenadoria de Informação, Monitoramento e Avaliação

1 Educacional – CIMA e para a Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica
2 (SETEC/MEC). **Proc. CEE 117/2016** _ Faculdade de Educação Paulistana /SP. O
3 **Parecer 302/16** _ da Câmara de Educação Superior, relatado pelo Cons. Décio
4 Lencioni Machado, foi aprovado por unanimidade. Deliberação: **2.1** Aprova-se, com
5 fundamento na Deliberação CEE nº 53/2005, o Curso de Especialização em Gestão
6 Escolar, da Faculdade de Educação Paulistana, para realização na Rua Cordeiro da
7 Silva, 185 e 165 – Vila Nova Parada, São Paulo, SP. **2.2** Restringe-se a cinquenta o
8 número de vagas semestrais. **2.3** A Instituição deverá elaborar Relatório final,
9 conclusivo e completo sobre o Curso, mantendo-o em seus arquivos para efeito de
10 futura avaliação deste Conselho. **Proc. CEE 697/1985** – Reautuado em 23/9/2016 _
11 Conselho Estadual de Educação. A **Indicação 154/16 e a Deliberação 148/16** que
12 Altera dispositivos da Deliberação CEE Nº 138/2016, que Fixa normas para autorização
13 de funcionamento e supervisão de estabelecimentos e cursos de educação infantil,
14 ensino fundamental, médio e de educação profissional de nível técnico, no sistema
15 estadual de ensino de São Paulo, da Câmara de Educação Básica, relatadas pelo
16 Cons. Francisco Antonio Poli foram aprovadas por unanimidade. A Cons^a. Rose
17 Neubauer declarou-se impedida de votar, por motivo de foro íntimo. Em seguida, a
18 **Senhora Presidente** colocou em discussão o texto apresentado pelo Cons. Hubert
19 Alquéres a respeito da **Manifestação do Conselho Estadual de São Paulo sobre a**
20 **Medida Provisória que trata da reforma do Ensino Médio.** O **Cons. Hubert**
21 **Alquéres** disse que o texto base foi enviado aos senhores Conselheiros por email e
22 que ao longo da semana recebeu várias sugestões e procurou incorporá-las ao
23 mesmo. Disse que, por sugestão da **Cons^a Sylvia Figueiredo Gouvêa**, fez uma
24 inversão na ordem do texto, trazendo o que seria sua conclusão para o início. Em
25 seguida, fez a leitura do texto e a **Presidência** o colocou em discussão. Manifestaram-
26 se os Conselheiros Sylvia Figueiredo Gouvêa, Maria Elisa Ehrhardt Carbonari, Guiomar
27 Namó de Mello, Presidência, Rose Neubauer, Maria Lúcia Franco Montoro Jens,
28 Francisco Antonio Poli, Francisco José Carbonari, Ana Amélia Inoue, Décio Lencioni
29 Machado, João Otávio Bastos Junqueira, Jair Ribeiro da Silva Neto e Luís Carlos de
30 Menezes. Diante das manifestações, a **Senhora Presidente** disse ser favorável a que
31 essa manifestação de apoio seja levada adiante mas sem entrar no mérito da questão.
32 Para que seja uma manifestação do Conselho Estadual de Educação de São Paulo
33 deve haver consenso e por isso solicitou que o Conselheiro que tivesse alguma
34 proposição de redação, no sentido de encontrar esse consenso, que se manifestasse.
35 Apresentaram sugestões os Conselheiros Ana Amélia Inoue, Bernardete Angelina
36 Gatti, Guiomar Namó de Mello, Luís Carlos de Menezes, Décio Lencioni Machado e
37 Francisco Antonio Poli. Depois de ouvir todas as sugestões, o **Cons. Hubert Alquéres**
38 pediu alguns minutos à Presidência para incorporar as manifestações apresentadas ao
39 texto. A **Presidência** consultou o Plenário sobre essa possibilidade e diante da
40 aprovação, fez um pedido aos Presidentes da CEB e da CES para que, assim que o
41 documento estivesse pronto, retornassem ao Pleno para sua aprovação. A sessão foi
42 suspensa por trinta minutos e em seguida os Conselheiros retornaram conforme
43 combinado. O **Cons. Hubert Alquéres** fez a leitura do documento, o qual foi aprovado
44 por unanimidade e é o que transcrevo na íntegra. **Manifestação do Conselho**
45 **Estadual de Educação - Reforma do Ensino Médio.** *O Conselho Estadual de*
46 *Educação de São Paulo considera bem vinda a iniciativa do governo federal de propor*
47 *reformulação no ensino médio, reservando-se no direito de não abordar as questões de*
48 *mérito neste momento, mas tão somente a urgência e relevância do tema. De fato, é*
49 *urgente retomar e fortalecer a flexibilização da oferta do ensino médio, há muito*
50 *defendida por alunos, familiares, educadores e gestores da área. Também é*
51 *necessário flexibilizar os currículos escolares, com a combinação de matérias*
52 *obrigatórias e outras mais ligadas a interesses específicos dos alunos, ampliar a*
53 *jornada escolar e reforçar o ensino profissionalizante. E fortalecer o pacto federativo,*

1 descentralizando as decisões para os estados, para que possam ter papel
2 preponderante nas decisões de currículo e organização dessa etapa da educação
3 básica. Os estados devem ser os grandes protagonistas nesse processo de discussão
4 e implementação. O fato das mudanças serem levadas à frente por meio de uma
5 Medida Provisória, revela o sentido de urgência, relevância e a prioridade que se deve
6 dar à Educação e não deve turvar o debate sobre a questão central que é a
7 reformulação do ensino médio no Brasil. Esse tema vem sendo objeto de debates há
8 anos. O Projeto de Lei para reforma do ensino médio, proposta iniciada no governo
9 anterior e retomada agora, tramita lentamente no Congresso Nacional desde 2013. O
10 Congresso Nacional tem agora um prazo de 120 dias para apreciar a MP; se não o
11 fizer, ela perderá seus efeitos. Neste período, recomendamos que o assunto seja
12 debatido com a sociedade, que ocorram audiências públicas com especialistas,
13 educadores, estudantes, famílias e segmentos da sociedade civil organizada. A
14 educação básica brasileira está longe de superar seus desafios, como mostram os
15 níveis de aproveitamento medidos por mecanismos nacionais e internacionais de
16 avaliação. Os recentes resultados do ENEM reforçam esta constatação. Muitas
17 dificuldades estão no ensino médio, que permanece com um currículo excessivamente
18 acadêmico, inteiramente desconectado da realidade do mercado de trabalho e
19 pouquíssimo atraente para os jovens. Prova disso são as elevadíssimas taxas de
20 evasão, de 9,5% na primeira série, 7,1% na segunda e 5,2% na última. Pior: o Brasil
21 possui 1,7 milhão de adolescentes entre 15 e 17 anos fora da escola, idade em que
22 deveriam estar cursando o ensino médio. O último Índice de Desenvolvimento da
23 Educação Básica (IDEB), divulgado no início do mês, deu a dimensão do desastre do
24 ensino médio nacional, estagnado desde 2011 e o desempenho dos alunos em
25 matemática foi o pior desde 2005. A tragédia se traduz em outros dados: por ano, um
26 milhão e 200 mil alunos abandonam as salas de aula e apenas um em cada dez alunos
27 do grau médio estão satisfeitos com o ensino que recebem, segundo pesquisa do
28 Instituto Inspirare. O país está inteiramente em descompasso com o mundo. A
29 educação vive hoje um momento de transição, em escala planetária. É essencial que as
30 escolas estejam muito diferentes em poucos anos e que se marche para um ensino
31 cada vez mais multidisciplinar e transversal, onde as aulas expositivas se combinem
32 com o estudo por projetos, a exemplo do que já acontece em outros países e em
33 algumas escolas de ponta de nossa rede de ensino. Há décadas especialistas e
34 entidades, como o Conselho Nacional de Secretários de Educação-CONSED, apresentam
35 propostas para a educação, entre as quais a reforma do ensino médio, com base em
36 uma grade curricular mais enxuta e flexível, na adoção paulatina do ensino integral e na
37 formação dos professores. Neste contexto, consideramos que uma significativa reforma
38 do ensino médio é medida de caráter urgente, urgentíssima. Sem ela, o país continuará
39 retardatário, condenando-se ao atraso. E não ingressará na agenda do século vinte e
40 um. Conselho Estadual de Educação. São Paulo 05 de outubro de 2016. A Presidência
41 agradeceu o **Cons. Hubert Alquéres** pelo esforço em produzir um texto inicial e
42 também a todos os Conselheiros que colaboraram para a construção do documento.
43 Nada mais havendo a tratar, às treze horas e vinte e cinco minutos, a Senhora
44 Presidente declarou encerrada a Sessão. Eu, Aurea Maia Egéa, lavrei, datei e assinei a
45 presente Ata que, após lida e achada conforme, foi assinada pelos presentes. São
46 Paulo, 05 de outubro de
47 2016.....
48 Bernardete Angelina Gatti.....
49 Ana Amélia Inoue.....
50 Débora Gonzalez Costa Blanco.....
51 Décio Lencioni Machado.....
52 Francisco Antonio Poli.....

1	Francisco José Carbonari
2	Ghisleine Trigo Silveira.....
3	Guiomar Namó de Mello.....
4	Hubert Alquéres.....
5	Jacinto Del Vecchio Júnior.....
6	Jair Ribeiro da Silva Neto.....
7	João Otávio Bastos Junqueira.....
8	José Rui Camargo.....
9	Luís Carlos de Menezes.....
10	Maria Elisa Ehrhardt Carbonari.....
11	Maria Lúcia Franco Montoro Jens.....
12	Nilton José Hirota da Silva.....
13	Priscilla Maria Bonini Ribeiro.....
14	Roque Theóphilo Júnior.....
15	Rosângela Aparecida Ferini Vargas Chede.....
16	Rose Neubauer.....
17	Sylvia Figueiredo Gouvêa